

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FLORIANÓPOLIS
DIRETORIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
COMISSÃO PERMANENTE DE FARMÁCIA E TERAPÊUTICA**

Vacina papilomavírus humano 6, 11, 16 e 18 (recombinante)

Este parecer tem como objetivo avaliar a inclusão da vacina quadrivalente HPV/GARDASIL no Programa Municipal de Imunização da Rede Municipal de Saúde de Florianópolis por solicitação da empresa produtora. No contexto mundial, o câncer de colo de útero é o segundo mais comum entre mulheres, sendo que a América do Sul destaca-se entre as regiões com maiores incidências. A mortalidade por câncer de colo de útero, por outro lado, é substancialmente menor que a incidência, e está diretamente relacionada à organização do sistema de saúde, em especial à cobertura da realização oportuna e qualificada do exame Papanicolau. Em Florianópolis, a incidência de câncer de colo de útero em 2008 foi de 15,7 casos por 100.000 habitantes, sendo menos frequente que câncer de mama (71/100.000), neoplasia de intestino (29/100.000) e câncer de pulmão em mulheres (16,2/100.000)¹. A vacina contra os tipos de papilomavírus humano (HPV) mais implicados na gênese do câncer de colo de útero, associada ao rastreamento adequado da população através do exame Papanicolau, é uma estratégia promissora na prevenção deste tipo de câncer. Uma revisão das evidências que avaliam a eficácia e segurança destas vacinas² indica diminuição do aparecimento de lesões de alto grau (NIC II e III). Entretanto, o tempo de seguimento dos estudos não permite a avaliação da eficácia na prevenção do câncer cervical propriamente dito e outros cânceres associados ao HPV. Os estudos identificados por esta revisão apresentaram, de uma maneira geral, curto período de seguimento, e a maioria foi financiada pela indústria farmacêutica. Além disso, a segurança no longo prazo e a duração da imunidade conferida pelas vacinas ainda são lacunas a serem preenchidas por novos estudos. Para respaldar a discussão e a decisão sobre a incorporação da vacina contra o HPV no calendário vacinal do Brasil, um estudo de avaliação econômica está sendo financiado atualmente pelo Ministério da Saúde. A inclusão da vacina no calendário municipal de forma isolada da política nacional tem baixo poder de proteção populacional, dada a contínua migração de pessoas entre municípios que não utilizam a vacina em seus calendários, e oneraria o município de tal forma que poderia comprometer a execução de outras ações de importância já comprovada na prevenção do câncer de colo de útero, como o rastreamento adequado pelo exame Papanicolau, cuja cobertura em Florianópolis é insatisfatória, devendo o município aguardar a decisão do Ministério da Saúde quanto à inclusão desta vacina no calendário nacional.

Recomendação: não inclusão da vacina papilomavírus humano 6, 11, 16 e 18 (recombinante) no programa municipal de imunização.

Referências Bibliográficas

1. Instituto Nacional do Câncer. Registros de Câncer de Base Populacional. <<http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/estatisticas/site/home/rcbp/>> em 17/05/2012.
2. Boletim Brasileiro de Avaliação de Tecnologias em Saúde. Ano VI n 17. Dezembro de 2011. ISSN 1983-7003.